

Excelentíssimo Sr. Nelson Barbosa

MD. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

da República Federativa do Brasil.

Senhor Ministro:

O FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS – FONASEF vem perante Vossa Excelência expor e ao final requerer o que segue:

HISTÓRICO:

As entidades sindicais representativas dos servidores Públicos Federais visando à unidade entre a Classe Trabalhadora do Setor Público da esfera federal vêm desde 2010 fazendo a unificação das bandeiras de luta e das Pautas de Reivindicações.

A ação unificada, das Entidades Sindicais que integram o FONASEF culminou com a pauta unificada para a campanha salarial 2015 (Anexa).

Neste processo de construção destaca-se a realização de Seminário Nacional (final de novembro) e de Reunião Ampliada (final de janeiro), com ampla participação da base que discutiu e, por consenso, e definiu a **PAUTA UNIFICADA DOS SPF** para a Campanha Salarial 2015.

Além da pauta, outras atividades foram aprovadas, como a realização do Ato de Lançamento da Campanha, no dia 25 de fevereiro de 2015, com protocolo da pauta e solicitação de audiência com o Ministro do Planejamento.

RECEBI O ORIGINAL
Em 06/05/15 às 14:19

CODIN/GM/MP
Tel.: 2020-4647 / 4144

8


Necessário ressaltar que a **PAUTA DA CAMPANHA SALARIAL DE 2015** foi construída no **Seminário Nacional dos Servidores Públicos Federais**, realizado nos dias 14, 15 e 16 de novembro de 2014, e aprovada na reunião ampliada de 31/jan e 01/fev do presente ano, com a presença de mais de 400 servidores de todos os estados brasileiros, democraticamente eleitos para tal fim em suas Instâncias Deliberativas.

As entidades que compõem o Fórum, que infelizmente não foram recebidas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento no dia do Ato, com surpresa, receberam a Circular 001-2015 do Ministério do Planejamento, convidando para uma reunião ampliada no dia 20 de março do corrente ano, incluindo a participação de Entidades alheias ao pleito formulado. Assim como, até a presente data, não recebeu por parte da referida Pasta qualquer resposta quanto à instalação de **MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO ESPECÍFICA**, cujo objeto de análise e discussão fosse a Pauta de Reivindicação protocolada em 25/02/2015.

O silêncio e a omissão por parte do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão diante do pleito apresentado pelo Fórum que foi Criado em 2010, que aglutina mais de 30 (trinta) entidades nacionais dos servidores públicos federais, e detém a **representação de mais de um milhão e meio de servidores civis nos três poderes**, refletem a postura intransigente do Governo Federal em garantir um processo de negociação com as entidades que efetivamente representam a categoria, demonstrando a ausência de interesse no diálogo e descaso na construção de uma política para o setor público da esfera federal onde as prioridades sejam: valorização do servidor e qualidade dos serviços públicos.

Assim sendo, visando prevenir responsabilidades e resguardar direitos, em defesa de um processo democrático de negociação nos moldes da Convenção 151 da OIT já ratificada pela República Federativa do Brasil, mais uma vez o FONASEF vem requerer que Vossa Excelência se digne a promover a imediata abertura do Processo Negocial com a instalação de Mesa Nacional de Negociação Específica, **cujos integrantes sejam EXCLUSIVAMENTE as Entidades Sindicais que compõem o FÓRUM, com exclusão de qualquer outra**, uma vez que o objeto da referida Mesa de Negociação é a Pauta de Reivindicação construída nas Instâncias deliberativas das Entidades Sindicais Nacionais signatárias da referida Pauta.

Diante do exposto, mais uma vez, vimos, pelo presente, requerer a instalação da Mesa de Negociação Específica da Pauta de Negociação **do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais** para análise e negociação da Pauta Unificada das 30 Entidades Sindicais Nacionais que o integram, garantindo a **EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO DOS INTEGRANTES DO REFERIDO FÓRUM**.



Por fim, vimos informar que em reunião realizada no dia 02 de março, as entidades que compõem o Fórum definiram, por consenso, reivindicar ao MPOG, que na reunião do dia 20 de março, seja respondida a pauta protocolada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Federais.

Renovando nossos protestos de consideração, aguardamos manifestação de Vossa Excelência com a urgência que o caso requer e impõe.

Brasília/DF, em 06 de março de 2015.

ASSIBGE-SN, ANDES-SN, ANFFA, ASFOC, ASMETRO, CONDSEF, CNTSS, CONFELEGIS, CUT, CTB, CSP-CONLUTAS, FASUBRA, FENALE, FENALEGIS, FENASPS, FENAJUFE, FENASTC, FENAPRF, MOSAP, PROIFES, SINAGENCIAS, SINAL, SINAIT, SINTBACEN, SINASEFE, SINDLEGIS, SINDIFISCO NACIONAL, SINDRECEITA, SINPECPF, SINASEMPU E UNACON SINDICAL.

Pelas Entidades:



SÉRGIO RONALDO DA SILVA

Contato:

SDS, Bloco "L", n.º 30, 5º Andar, Edifício Miguel Badya

Brasília – DF

CEP: 70394-901

Fone: 61 – 2103-7200

Pauta

1. Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias
 2. Índice linear de 27,3%
 3. Data-base 1 de maio
 4. Direito de negociação coletiva (convenção 151 OIT)
 5. Paridade Salarial entre ativos e aposentados
 6. Retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos servidores;
 7. Aprovação imediata no Congresso Nacional dos projetos de interesse dos servidores
 8. Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes.
 9. Anulação reforma da previdência realizada através da compra de votos dos parlamentares.
 10. Extinção do fator previdenciário
 11. Incorporação de todas as gratificações produtivistas
 12. Fim da terceirização que retira direito dos trabalhadores.
 13. Concurso público pelo RJU.
 14. Combate a toda forma de privatização.
 15. Pela aprovação da PEC 555/06 que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados
 16. Pela aprovação do PL 4434 que recompõe as perdas salariais.
 17. Regulamentação da jornada de trabalho para o máximo de 30 horas para o serviço público, sem redução salarial.
 18. Pec 170/2012 – aprovação de aposentadoria integral por invalidez.
 19. Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo as promoções e progressões na carreira.
 20. Pela revogação do FUNPRESP e da EBSE RH
- 